

PREFÁCIO

Um horizonte prático para as Ciências Sociais

Coube-nos há oito anos apresentar publicamente o “1.º Número” de *Societas – Coleção de Estudos Sociais*.¹ A meritória intenção que lhe subjazia ainda logrou felizmente dar cobertura a um segundo número.² Todavia, não decerto por falta de bons “estudos sociais” que a alimentassem (eram-no, com efeito, muitas teses de Mestrados pré-Bolonha), não chegou a ver a luz um 3º, que vivamente embora propusemos, na qualidade de Coordenador do Mestrado em Orientação Educativa/Educação Sexual.³ Com agrado, pois nos cabe agora prefaciar o 1º número de *Interconexões – Revista de Ciências Sociais*, que a Professora Doutora Engrácia Leandro, então Directora, em boa hora deliberou criar. É de esperar que, desta feita, à Faculdade não continuem a faltar Estudos a publicar, sob pena de, aos Estudos, poder vir a faltar a Faculdade.

O momento é pois de bom agouro e justifica, um tanto à maneira do panegírico dos saberes que a antiga praxe universitária pedia à inaugural Oração de Sapiência, uma outrotanto inaugural reflexão sobre a importância daquelas Ciências que, em feliz endiade, quase sinonímica, têm sido ditas “Sociais e Humanas”. Tudo está, de facto, no carácter humano do seu objecto.

Observá-lo-emos na intersecção e no contraste com os objectos das Ciências Naturais. É que os humanos habitam o Cosmos de uma maneira peculiar. Os seres puramente físicos (ou “naturais”) com que eles o partilham são dotados de pautas de conduta geneticamente transmitidas, os “instintos”, património de cada espécie, que lhes permitem habitá-lo directamente e coincidir plenamente com ele, como parte em função do todo. Geração e concepção coincidem já que, desde a concepção do novo indivíduo, está transmitido tudo que há para transmitir. A gestação só acrescenta a autonomização espacial do novo indivíduo. Daqui decorre, quanto a estes seres, que não são propriamente sujeitos do respetivo agir, já que entre tal agir e as pautas comportamentais que o informam há uma estrita relação de posterioridade; por outras palavras, não são sujeitos nem, portanto,

1 DUQUE, Olga Fernandes e João Manuel, *Educar para a Diferença*, Ed. FACIS-Alcalá, Braga, 2005.

2 GONÇALVES, João Pedro, *O Horizonte da Justiça em Alasdair MacIntyre*, Ed. FACIS, Braga, 2007.

3 FILGUEIRAS, Isabel, *Da Corporeidade à relação, teoria e praxis de um projecto de Educação da Sexualidade em âmbito escolar*, Dissertação de Mestrado, policopiada, Faculdade de Ciências Sociais, Braga, 2005

capazes de um agir responsável. Daqui decorre também, para o respectivo *habitat*, um carácter natural, simplesmente dado, que, como tal, lhe permite passar intacto de uma geração para a outra.

Dizemo-los, necessária e suficientemente, seres “naturais”, pois a casa deles é a Natureza.

Para habitarem o Cosmos, os humanos não são totalmente desprovidos deste aparelho comportamental. Com efeito, embora em medida pouco mais que residual, é neles facilmente reconhecível o instinto de conservação (do indivíduo, pela atracção dos nutrientes e da espécie pela atracção do sexo diferente). Bem diferente é porém o caso. Primeiro porque, mesmo nestes âmbitos, a sua conduta não é determinada por esse património da espécie, anterior ao agir. Segundo, porque, nisso e em tudo o mais, o agir especificamente humano é condicionado por pautas comportamentais aparentemente análogas mas de significado profundamente diferente, a que chamamos “costumes”. Geração e concepção, geração e gestação, não coincidem dado que, ao útero natural acresce um útero social, a família, em cujas dinâmicas eles se hão-de transmitir. Foi nestes costumes (*ethoi*, em grego, depois *mores*, em latim) que a segunda geração dos filósofos (a entendermos por “primeira” a dos “filósofos da Natureza” ou “físicos”) identificou a chave de compreensão do agir propriamente humano, a ponto de designar o Tratado de Bem Agir, precisamente por “filosofia dos costumes” (filosofia ética, em grego, ou *moral*, em latim). A aparente analogia com os instintos está no facto de ambos serem moldes comportamentais “herdados” da geração anterior. O equívoco, porém, é maior do que a analogia, dado que a herança dos costumes não se dá passivamente, por transmissão natural. Os costumes têm de ser “aprendidos”, isto é, construídos, interactivamente, desde que começa cada geração; pelo que o agente permanece sempre anterior à acção. Nesta actividade de construção, podemos reconhecer a mesmíssima potência, a de agente sujeito, que a pessoa adulta actualizará nas suas decisões responsáveis e livres. Estas pautas de conduta, reconstruídas a partir da imitação da sociedade, condicionam (por vezes pesadamente) os seus actos, mas não os determinam. Para o seu *habitat* a diferença não é menor. Necessariamente, embora não suficientemente, os humanos partilham com todos os colegas da biosfera uma casa dada, a natureza. Mas incapazes, pela ausência de determinação instintiva, de a habitar directamente, precisam de articular num sistema complexo essas pautas socialmente construídas que são os costumes. E o resultado dessa articulação costuma chamar-se Cultura, um mundo social que, esse sim, podem habitar directamente.

O *habitat* propriamente humano é a Cultura, esse edifício global dos Costumes.

Aliás, o substracto semântico mais antigo de *ethos* (presente no quase homófono êthos), é o de “morada, lura, abrigo” do animal (de onde a actual designação de *etologia*). A acepção, posterior, de “costume” supõe entre natureza e costumes um nítido paralelismo: os costumes, que formam a Cultura, estão para o Homem como a Natureza para os outros animais. São eles, propriamente - não a natureza - a sua casa. Se hoje sentimos a necessidade de afirmar a verdade incompleta de que a natureza é a nossa casa (*oikos*, “casa”, alcançou já o estatuto de prefixo obsessivo), é precisamente

porque a mente moderna teimou e, como adiante veremos, subdolamente, continua a teimar em negá-la. Verdade completa é, de si, que uma Natureza dada é *também* a nossa casa. Nela moramos através de um mundo social feito de costumes, que nos facilita o agir e que nos compete construir de acordo com o ser que somos. Estamos decerto demasiado habituados a reduzir esse mundo, a Cultura, ao seu subsistema simbólico, de que se ocupam os homónimos ministérios governamentais: a língua, as belas-artes, a religião. Mas não menos Cultura é a construção e integração das múltiplas relações sociais (as identidades colectivas e as instituições) e não menos o é a humanização do mundo natural (as artes ou técnicas utilitárias e as trocas de bens). E todo este cosmos (ou “mundo”) artefacto, sistema dotado de unidade mas articulado em subsistemas que mutuamente se afectam, interessa às Ciências Sociais, permanentemente em construção, tal como o seu objecto.

Estas porém nunca são puro fim em si mesmas. É certo que, em abstracto, tal como nas ciências naturais, nas sociais, o saber se justificaria por si mesmo. Mas em concreto, o conhecer e o agir, o intelecto e a vontade, funcionam em interactividade circular. É assim que em tratando-se do objecto/natureza, a Ciência (“saber puro”) potencia e é potenciada pela Técnica (ou Arte, “saber fazer”). Esta última consiste em pôr ao serviço do homem a ordem inteligível inerente aos fenómenos naturais que aquela *descobriu*, enquanto esta, ao fazer a sua descoberta, está por vezes simplesmente a integrar um fenómeno novo a que aquela aportou pelo processo de tentativa-erro.

Dar-se-á algo de semelhante nas Ciências Sociais? A expectativa inicial, não sem alguma ingenuidade, era essa: aplicar aos fenómenos sociais os métodos empíricos de provado sucesso nos naturais, descobrir a sua ordem inteligível, prever e utilizar as suas constantes. As metodologias de investigação em ciências sociais não tardaram em reivindicar justamente a especificidade exigida pelo seu objecto, um objecto - lembremos - construído, e não dado, como o das ciências naturais. Todavia, a regularidade, ainda assim, de constantes quantificáveis atesta a existência de uma dimensão humana universal, dada, anterior à construção do mundo social. O erro da modernidade recente não esteve em esperar das Ciências Sociais uma interactividade circular com a construção da sociedade. Esteve, sim, em identificar na Política, no Direito, na Economia e nas suas pobres certezas, o correlato social do que é, no domínio do mundo natural, a Técnica. Mas a circularidade entre saber e agir não deixa de ser inerente a uma Ciência que, como tal, descobre uma ordem inteligível nos fenómenos sociais, uma Ciência capaz de prever e utilizar as respectivas constantes na construção da casa humana. É óbvio que aquelas “artes” sociais podem plasmar uma sociedade, mas, essencialmente, a questão aqui relevante, a de *qual* sociedade plasmar, está a montante delas. De facto, trata-se, não de explorar um mundo dado, como nas ciências naturais, mas sim de modelar um mundo construído e sempre “construendo” (passe o latinismo) em função do conceito mais autêntico possível de ser e agir humanos. Por outras palavras, o horizonte prático das ciências naturais é a Técnica,

mas o das ciências sociais é propriamente a Ética, esse tratado filosófico sobre o agir (e, por isso, sobre o ser) humano.

Se a interactividade circular entre saber e agir se der ao nível da relação entre Ciências Sociais e Ética, a ordem inteligível do humano universal funcionará, na Ética, como a ordem inteligível do Cosmos funciona na Técnica. Ambas, Técnica e Ética, partem da descoberta e aceitação de um dado natural, prévio a toda a construção e seu ponto de partida ou causa final. Só assim a definição de *qual* sociedade queremos construir logrará libertar-se do risco utópico, da arbitrariedade do mais forte e do seu poder absoluto. Os seus limites são a verdade humana objectiva que as Ciências Sociais procuram descobrir. Só aceites estes limites, é que a crítica (ou “juízo”) baseada no testemunha da consciência fica livre para construir sempre mais humanamente o mundo social em que somos gerados.

Filósofo, historiador, teólogo, político, jurista, militar, antropólogo, psicólogo, sociólogo, economista, tecnólogo da comunicação, educólogo, técnico de serviço social, médico, enfermeiro... todos perfis profissionais de peritos em ciências e artes sociais, todos autores de outros tantos discursos *interconectados* como variações temáticas sobre a construção de um mesmo mundo social, não podem deixar de tomar consciência da opção ética de que parte a sua ciência, a saber, o compromisso de respeitar o dado humano para humanamente construir; uma opção que os juristas foram talvez os primeiros a fazer formalmente num instrumento, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que restaura a referência do Direito Positivo a uma “natureza” humana universal, em virtude da qual todos os membros da família humana *nascem* livres e iguais”. É isto que auguramos a todos os cientistas deste e dos futuros números de *Interconexões*. Se nos comprometermos no respeito da dimensão humana dada, a nossa ciência mudará sempre para melhor a sua dimensão construída; porque uma sociedade de pessoas nunca está acabada e só fora da História é que pode ser perfeita.

Sexta-Feira Santa, 29 de Março, de 2013

José Carlos de Miranda
(Director Interino)